

O PAPEL DA LITERACIA DE INFORMAÇÃO NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO RECLUSO

THE ROLE OF INFORMATION LITERACY IN THE SOCIAL REINTEGRATION OF PRISONERS

Olímpia do Vale | Carlos Guardado da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2025a23>

Resumo: Esta investigação explora o papel das bibliotecas prisionais na reintegração social dos reclusos, incidindo nos programas que favorecem o desenvolvimento emocional, educacional e social dos indivíduos encarcerados. A metodologia empregue é de natureza qualitativa, sob o paradigma construtivista, recorrendo ao método de investigação documental e utilizando bases de dados científicas para o efeito. A pesquisa destaca a importância das bibliotecas em estabelecimentos prisionais, como espaços de apoio, proporcionando ferramentas para a alfabetização, o fortalecimento dos laços familiares e a saúde mental. A análise mostra como os programas contribuem para o processo de reintegração, melhoria da autoestima e da empregabilidade dos reclusos. Além disso, discute a necessidade de bibliotecários qualificados e infraestrutura adequada para implementar essas iniciativas. O estudo conclui que as bibliotecas prisionais desempenham um papel essencial na transformação da percepção pública sobre os reclusos, promovendo uma sociedade mais justa e humana ao integrar os encarcerados após a sua libertação.

Palavras-chave: Biblioteca prisional; Estabelecimento prisional; Programa de literacia; Reintegração social.

Abstract: This research explores the role of prison libraries in the social reintegration of inmates, focusing on programs that promote the emotional, educational, and social development of incarcerated individuals. The methodology used is qualitative, under the constructivist paradigm, employing a documentary research method and utilizing scientific databases for this purpose. The study focuses on the importance of libraries in correctional facilities as supportive spaces, providing tools for literacy, strengthening family bonds, and mental health support. The analysis demonstrates how programs contribute to reintegration by improving inmates' self-esteem and employability. Additionally, it discusses the need for qualified librarians and adequate infrastructure to implement these initiatives. The study concludes that prison libraries play a crucial role in transforming public perception of inmates, promoting a more just and humane society by enabling the reintegration of incarcerated individuals after their release.

Keywords: Prison library; Prison; Literacy program; Social reintegration.

Introdução

Esta investigação partiu da necessidade de estabelecer uma ponte entre comunidades marginalizadas e a informação, sendo este acesso essencial para contribuir para o exercício da cidadania e a democracia, combatendo os entraves impostos ao desenvolvimento social e ao processo de reintegração social, em geral, e de regeneração individual. Este estudo assenta no método de investigação documental, que permite apresentar conceitos essenciais (como a pena de prisão e o seu propósito, os princípios da responsabilidade e da inclusão social), enumerar os principais valores que regem a biblioteca prisional, descrever o perfil do recluso (características principais e habilitações literárias), identificar a importância e os diferentes apoios destinados à reintegração social, listar os obstáculos de

que os programas de reintegração social e as bibliotecas prisionais enfrentam (sobretudo, a desatualização e as limitações na gestão, na organização e em termos de recursos), enumerar os benefícios proporcionados pela biblioteca prisional (no âmbito da saúde mental e emocional, bem como na literacia de informação do utilizador), identificar as responsabilidades e as competências do bibliotecário que desempenha funções em estabelecimentos prisionais de forma evidenciar a identificação de programas no âmbito da reintegração social, em contexto prisional.

Garcia (2005, citado por SILVA, 2012:18) define prisão como a privação da liberdade individual através do encarceramento e da limitação de deslocações, enquanto Lehmann (2000) entende a reabilitação como a preparação do recluso para a sua reintegração social eficaz – promovida, entre outros aspetos, pelo investimento na educação, no tratamento de adições e no apoio terapêutico. Sendo a população prisional, por definição, social e economicamente desfavorecida, qualquer recurso que contribua para a sua capacitação pessoal e inclusão social tende a ter um impacto particularmente significativo. Ainda assim, apesar da relevância evidente que a biblioteca pode assumir neste contexto, os recursos limitados de que geralmente dispõe e a insuficiência do seu desenvolvimento tornam-se particularmente problemáticos, agravando a carência de informação, e conseqüentemente de formação, a que os reclusos estão sujeitos (FALETAR *et al.*, 2022). Sousa *et al.* (2020:14) sublinham que a biblioteca prisional pode constituir um meio privilegiado para a aquisição de conhecimentos e competências, através da formação de leitores, da gestão da coleção e da oferta de serviços de referência de qualidade, adequados às circunstâncias específicas do cárcere. Os autores destacam ainda o potencial contacto com o exterior, designadamente com a rede social do recluso, possibilitado pelo apoio às suas necessidades informativas (SOUSA *et al.*, 2020).

A execução de justiça criminal tem atualmente uma vertente educativa, recreativa e reabilitativa, assegurada pela *Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas*, que incentiva a utilização produtiva e pedagógica do período de encarceramento (LEHMANN e LOCKE, 2015). O planeamento e a implementação de normas devem ser coerentes com as diretrizes que pretendem prevenir/reduzir a criminalidade, ter em conta a realidade e o contexto a que são dirigidas e otimizar a funcionalidade das organizações e das estratégias de investigação, combatendo as burocracias e os constrangimentos, que tão frequentemente as assolam (OLHAR..., 2017:16).

A International Federal of Library Associations and Institutions (IFLA) desenvolveu normas que pretendem servir de orientação na gestão de coleção e de recursos humanos e materiais, bem como na organização de espaços, na disponibilização de serviços e programas e, ainda, na informação sobre grupos específicos de utilizadores (idosos, jovens, prisioneiros políticos, entre outros). A IFLA dedica ainda uma secção de Bibliotecas a Pessoas com Necessidades Especiais (LSDP) de forma a promover a liderança em instituições que desenvolvam serviços dirigidos aos diversos membros de algum modo alienados da sociedade – indivíduos hospitalizados e encarcerados, idosos institucionalizados, sem abrigo, pessoas com alguma incapacidade e ainda pessoas que evidenciam dificuldades na leitura (LEHMANN e LOCKE, 2015; GARNER e KROLAK, 2023). A biblioteca, em contexto prisional, torna-se, assim, um espaço único, que confere um último reduto de liberdade aos seus detentos. Numa rotina em que os seus horários, uniformes e alimentação lhes são impostos, a biblioteca é o único sítio em que o detento pode exercer a sua autonomia ao escolher como usufruirá do seu tempo.

Metodologia

A investigação pretendeu narrar os objetivos e as potencialidades das bibliotecas prisionais, no âmbito da literacia da informação, além das dificuldades que as mesmas instituições enfrentam na execução destes programas e, ainda, apresentar um conjunto de propostas a serem implementadas em outros estabelecimentos prisionais. A reintegração social é o conceito que orienta este trabalho e pretende ligar todos os tópicos explorados.

Com o tema e conceito condutor definidos (biblioteca prisional e reintegração social), foi definida a questão de partida que guia o presente, mantendo-o no contexto da Ciência da Informação: “Qual o papel da literacia da informação na reintegração social do recluso?” Para responder a esta questão, foram definidos objetivos gerais: analisar o papel da biblioteca prisional junto dos reclusos que serve; compreender o papel da promoção da literacia da informação no contexto das bibliotecas prisionais. Estes objetivos são desenvolvidos pelos objetivos específicos: identificar as necessidades informacionais dos reclusos (gerais, recreativas, educativas e profissionais); caracterizar as necessidades de adaptação, por parte da biblioteca prisional e dos seus funcionários, dos seus recursos, atividades e objetivos aos interesses e necessidades dos seus utilizadores (respeitando as normas de segurança da instituição); aferir o impacto/ papel da literacia da informação na reintegração do recluso; e identificar programas promovidos pela biblioteca prisional que fomentem as ligações familiares/ afetivas do recluso.

A execução deste trabalho assenta numa abordagem metodológica de natureza qualitativa, sob o paradigma construtivista, que preconiza o investigador enquanto responsável pela construção do saber e se baseia em noções científicas assentes na compreensão, no significado e na ação (COUTINHO, 2015:16). A abordagem qualitativa permite a compreensão e a interpretação de comportamentos e interações humanas, integrando e contextualizando o concreto no geral e o geral no concreto (COUTINHO, 2015:18). A investigação documental é o método utilizado na construção do estado de arte, ao identificar, analisar e interpretar diversas fontes de informação, em prol de uma consolidação de conhecimentos sobre o fenómeno que se pretende estudar (SILVA, 2022:120). No processo de recuperação de informação, Scopus, Web of Science, LISA e RCAAP foram as bases de dados onde se realizaram as pesquisas.

A 18 de fevereiro de 2023, foram realizadas no RCAAP três pesquisas com as seguintes combinações de termos: "acesso" AND "informação" AND "prisões", "biblioteca" AND "prisões", "gestão" AND "prisões" - destas pesquisas, após a leitura de títulos, palavras-chave e resumos, 17 publicações foram selecionadas dos 127 resultados. A 24 de fevereiro do mesmo ano, a pesquisa dos termos "management" AND "libraries" AND "prison" e "administration" AND "prison library" resultaram em 6 relevantes para o estudo. A Web of Science foi consultada a 25 de setembro de 2023 com o termo "prison library", que apresentou 52 publicações, sendo apenas 8 consideradas pertinentes para a investigação. A pesquisa da combinação dos termos "prison library" AND "reintegration" proporcionou apenas 2 resultados, tendo sido apenas um selecionado. A base de dados LISA foi utilizada a 12 de outubro de 2023 com a pesquisa "reading promotion" AND "prison", mas apesar dos 50 resultados obtidos, nenhuma publicação foi considerada interessante para este trabalho. As pesquisas no RCAAP, levadas a cabo em 5 de novembro de 2023, com as combinações de termos: "benefícios" AND "leitura" e "impacto" AND "leitura" revelaram-se infrutíferas, não tendo sido nenhuma publicação considerada relevante, apesar do total de 122 resultados obtidos. A 4 de fevereiro de 2024, a pesquisa dos termos "prison" AND

"literacy project" proporcionou 6 resultados, dos quais 3 foram selecionados para a investigação. A pesquisa de "prison" AND "literacy program" revelou-se mais satisfatória - 13 publicações foram tidas como pertinentes, de um total de 14. A 13 de fevereiro de 2024, a pesquisa na mesma base de dados dos termos "prison programs" AND "art" resultou em 10 artigos selecionados, de um total de 16 publicações. Apenas 3 foram selecionados, dos 9 resultados obtidos, da pesquisa de termos "prison projects" AND "inclusion" OR "education", na "Scopus". No mesmo dia, a pesquisa na base de dados "Web of Science" resultou na seleção de 9 publicações, dos 88 resultados da pesquisa dos termos "prison" AND "art" com os filtros: publicações entre 2020-2024 e de tipologia documental de artigo.

A literatura identifica várias competências que a biblioteca prisional pode potencializar. No entanto, embora face à diversidade de literatura sobre prisões e, mais concretamente, bibliotecas prisionais, se tenha verificado um défice da voz dos reclusos. Estes resultados confirmam que, apesar da variada literatura sobre bibliotecas prisionais, verifica-se a insuficiência de investigação desenvolvida no âmbito mais restrito da literacia da informação e, mais concretamente, para além da perspetiva académica (sob os funcionários da instituição ou investigadores da área), a perspetiva real do recluso, focando as suas necessidades e os seus interesses, e, sobretudo, tomando em conta a sua perceção face aos serviços de que dispõe. A oferta de estudos, para o contexto de Portugal, é limitada. No entanto, alguns países desenvolvem mais investigação nesta área, como os Estados Unidos, a Dinamarca, a Noruega e a Inglaterra, designadamente sobre atividades de fomento da leitura e da literacia da informação e desenvolvimento pessoal, também (SOUSA *et al.*, 2020).

Revisão de literatura

A crescente tendência humanista, que acompanha a evolução da civilização na sociedade, também se reflete na forma como trata a sua população privada de liberdade. Esta evolução na forma como se lida com reclusos é visível não só na transição de pena enquanto medida somente punitiva para medida punitiva e função regeneradora, como também pelo surgimento de medidas que permitam que o recluso execute a sua pena em liberdade. É neste intuito regenerador que a biblioteca se torna uma ferramenta fundamental (DILEK-KAYAOGLU e DEMIR, 2014:137).

Em 1992, Frances E. Kaiser publica a primeira edição de *Orientações para Serviços de Biblioteca para Reclusos* (LEHMANN e LOCKE, 2015:6) e em 2011 são atualizadas as regras vigentes, em parceria com o Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC) e com outras organizações internacionais relevantes, numa Assembleia Geral da ONU. As "Regras de Nelson Mandela" são estabelecidas em 2015, constituindo-se como princípios de dignidade humana, decência, igualdade e respeito, comuns às regras da sociedade e, sobretudo, aos Direitos Humanos Universais, mas aplicadas em contexto de encarceramento prisional - que a ONU define como padrão mínimo de tratamento de presos.

Rocha *et al.* (2008:61-62) definem 'pena' como consequência jurídica, aplicada pelas autoridades devidas e previamente definida por normas legais, que pode resultar na privação de um dado direito ou bem. Os autores confrontam-nos também com a necessária reflexão sobre o lugar do recluso, sobre a finalidade da pena, sobre a eficácia da pena no

processo de mudança no recluso e sobre as formas que evidenciam essas mudanças (ROCHA *et al.*, 2008:122). As penas que privam a liberdade do cidadão devem ter em vista os seguintes princípios: princípio da responsabilidade – princípio que incita, ao próprio recluso, um papel proativo na sua reintegração e na colaboração em diversos assuntos, possivelmente do seu interesse (ROCHA *et al.*, 2008:123 e 171); e princípio da inclusão social – que preconiza uma prisão com a maior semelhança possível à vida em liberdade (artigo 3º, nº 2 do Decreto-Lei nº 265/79, de 1 de agosto) e ainda destaca o próprio papel da sociedade para este fim (artigo 3º, nº 4, do Decreto Lei nº 265/79, de 1 de agosto) (ROCHA *et al.*, 2008:123). A estrutura penitenciária é regulada por normas que se orientam pelos princípios do direito penitenciário, que são: o princípio da legalidade, o princípio da presunção da inocência, o princípio da reintegração social e o princípio da humanidade, sendo estes dois últimos particularmente relevantes para a presente investigação (ROCHA *et al.*, 2005:21). O princípio da humanidade está intrinsecamente ligado à conceção de reinserção social e preconiza um aumento da qualidade nas condições em que os reclusos estão a cumprir a sua pena, abrangendo os direitos fundamentais do recluso e o uso moderado e crítico de sanções, tornando o estado como responsável primário pelo carácter humanista e cívico do estabelecimento prisional (ROCHA *et al.*, 2005:25-26).

A reincidência, o principal inimigo da reinserção social, é uma realidade que não se pode ignorar, mas que se pode (e deve) precaver de estratégias preventivas de forma a assegurar uma sociedade mais salutar e segura; não é homogénea na sua tendência - fatores como idade (até aos 30 anos) e encarceramento severo e continuado parecem acentuar a probabilidade desta realidade (ROCHA *et al.*, 2005:97). O propósito transformador e reintegrante da reclusão está vigente na sociedade portuguesa, desde o século XIX, e consagra-se no decreto-lei nº 265/79, de 1 de agosto, artigo 40º, nº 1, do código penal: “A aplicação de penas e de medidas de segurança visa a proteção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade”; na regra 65ª, alínea D da recomendação nº R (87) 3 adotada pelo comité de ministros do Conselho Europeu, em 12 de fevereiro de 1987 (no âmbito das designadas regras penitenciárias europeias) e nacional (artigo 2º, nº 1, 3º, nº 2 e 4, e 'passim' do decreto-lei nº 265/79, de 1 de agosto, com alterações do decreto-lei nº 49/80, de 22 de março, e decreto-lei nº 414/85, de 18 de outubro): “O desiderato da reintegração do agente na sociedade é um dos objetivos do tratamento penitenciário, proclamado ao nível europeu” (ROCHA *et al.*, 2005:23). Torna-se imperativo não só o apoio da instituição, mas também a presença da sua rede social e uma atividade profissional que permita a sua autonomia financeira; o apoio terapêutico ajustado a uma análise individual ao recluso e às suas necessidades não só contribui para a sua reintegração, mas também (como nenhuma reintegração é solitária) para a sua família (ROCHA *et al.*, 2005:241).

Princípios da Biblioteca prisional

Os valores fundamentais das instituições bibliotecárias são enumerados pela IFLA – igualdade no acesso gratuito à informação e ao conhecimento; providenciamento de segurança; preservação cultural; contribuição estratégica para a reintegração social e sentimento de comunidade; cooperação na literacia, leitura e aprendizagens várias; e, por fim, atendimento aos interesses e às necessidades dos utilizadores/ comunidade (LEHMANN e LOCKE, 2015:7). No que diz respeito à administração da biblioteca prisional,

a mesma deve obedecer a políticas e a regulamentação, relevantes e atualizadas, estabelecidas por autoridades prisionais (a nível nacional) e administrativas (em contexto de biblioteca). Sousa *et al.* (2020:25) defendem o acesso à educação, à leitura e à informação, como meios para propiciar a reintegração social, quando da sua liberdade. Lehmann e Locke (2015:6) complementam ainda com o acesso a programas de reabilitação.

A política de gestão da biblioteca deve ter em conta as diversas características da sua população – composição étnica, cultural e linguística; idade; nível de leitura e de literacia da informação; eficácia dos recursos no processo de reintegração social; programas de reabilitação disponibilizados (tratamento no combate à adição, apoio terapêutico de ordem psicológica e/ou mental, apoio à parentalidade, mentoria para atividades de ordem cultural e artística) (LEHMANN e LOCKE, 2015:9 e 14). A biblioteca pode também recrutar trabalhadores reclusos, conforme as suas competências e experiência profissional, e voluntários da comunidade (LEHMANN e LOCKE, 2015:11-12). O recluso que se encontre segregado em ala hospitalar, solitária ou outra, poderá aceder ao catálogo da coleção e daí selecionar e requisitar materiais. O espaço da biblioteca deve ser uma área segregada do restante cárcere, com armários para armazenar e arquivar, deve disponibilizar um balcão de referência, sala para tratamento técnico, recursos informáticos e tecnológicos, estantes, carrinhos para livros, mesas, cadeiras, área de destaques, área de atividades coletivas e a sua área total deve ter a capacidade mínima para albergar 5% do total da população da penitenciária (LEHMANN e LOCKE, 2015:9-10).

A luta a favor da inclusão social, o combate à discriminação no acesso à informação e à cultura, a promoção da aprendizagem e da igualdade, a participação cívica e o incentivo à união comunitária assumem-se como princípios fulcrais destas instituições (INTERNATIONAL..., 1994). Estas dispõem de meios para otimizar a empregabilidade dos seus utilizadores, atribuir estratégias de desenvolvimento pessoal, disponibilizar oferta formativa e cultural, providenciar um espaço de refúgio, propiciar novas vivências e memórias positivas e promover novos relacionamentos interpessoais – o que conflui na integração e, por sua vez, origina a coesão social (SERRA, 2022:41). No âmbito da educação, as bibliotecas desempenham um papel ativo, concretamente em estabelecimentos prisionais, onde fomentam a educação, a reabilitação e a reinserção social (SANSONOVIZ, 2017:13). A biblioteca não contribui somente para reintegrar o indivíduo marginalizado na sociedade, mas também para reintegrar a sociedade nas populações marginalizadas – tornando a sociedade mais informada e democrática, mais tolerante e respeitadora da identidade e privacidade, mais inclusiva, dotada de maior espírito crítico e capaz de tomar decisões de forma consciente e informada.

Os Reclusos

A comunidade de reclusos é oriunda de desfavorecimento económico e social, de lares instáveis, caracterizada por baixos níveis de literacia e por precariedade laboral. Estes traços sociais traduzem-se em dificuldades na integração social, nos padrões de comportamento e em autoestima e autoconfiança limitadas, que moldam os percursos de vida traçados pelos habitantes dos estabelecimentos prisionais (ROCHA *et al.*, 2008:57). A literatura é perentória quanto às habilitações literárias da população reclusa, evidenciando a homogeneidade da baixa escolaridade – elevadas taxas de analfabetismo e decréscimo dos níveis de escolaridade superiores (ROCHA *et al.*, 2008:70). Estes são os traços do

retrato típico do recluso que atravessa os portões de qualquer estabelecimento prisional: solteiro, adulto, baixa escolaridade, instabilidade profissional e falta de qualificações técnicas (ROCHA *et al.*, 2008:54). A estrutura laboral articulada com uma débil ou reduzida formação escolar, insuficiência salarial e instabilidade profissional propiciam a falta de oportunidades e a abundância de dificuldades que impelem alguns cidadãos para a criminalidade, o que, por sua vez, contribui para alimentar os estereótipos concebidos pela sociedade em relação ao perfil destes indivíduos (ROCHA *et al.*, 2008:21-22 e 35). R. C. da Silva (2012:14) consciencializa o leitor para realidade da esmagadora maioria da população prisional – o seu contexto socioeconómico desfavorecido, a sua desafortunada proximidade com a criminalidade e o seu pouco incentivo à literacia e à aprendizagem. Efetivamente, são contextos desprovidos de incentivos a uma vida melhor, em que os cidadãos que superam estas arduidades, que se auto motivam a lutar por uma educação, por aprender e por conseguir subsistir numa sociedade tão desigual, acabam por conferir um real significado ao conceito de meritocracia, tão discutido na atualidade, mas nunca atribuído às populações marginalizadas.

O apoio da assistência social e a necessidade de (re)educação mostram-se fulcrais durante o encarceramento e, em particular, no período após o retorno à sociedade. Os reclusos encontram-se de modo particular socialmente vulneráveis, sendo considerados perigosos pelos contextos que os rodeiam e, ainda, enfrentam condições e oportunidades de vida dificultadas. Esta constatação associada à realidade do recluso pós-libertação permite obter um vislumbre das dificuldades que se avizinham no processo de reintegração social que se pretenda implementar. A rede social será das maiores motivações e influências nas escolhas pessoais que determinam o futuro do sucesso da reintegração do recluso – revela-se vital incentivar laços fortes e saudáveis que amparem e motivem o recluso, nos momentos de hesitação, de insegurança e principalmente quando surgirem obstáculos pessoais e profissionais (ROCHA *et al.*, 2008:188).

Finlay e Bates (2018:127) enumeram as áreas de impacto das bibliotecas prisionais em termos de: saúde mental e bem-estar, transformação e desenvolvimento pessoal, conhecimentos e competências, motivação e capital social.

A maioria dos reclusos, representados no estudo de Rafedzi *et al.* (2016:102), reconhecem que a sua utilização da biblioteca aumentou exponencialmente (ou iniciou) após a sua entrada no estabelecimento prisional, com recurso a leituras variadas (romances, contos, revistas, livros escolares e religiosos). Sequeiros (2018:120) refere a literatura leve ou mais comercial, como o género mais requisitado da biblioteca prisional; poesia erótica; literatura que reflita histórias de amor; obras literárias inspiradoras e motivadoras na superação de obstáculos e na reflexão sobre as escolhas de vida, como livros de autoajuda e de desenvolvimento pessoal (SEQUEIROS, 2018:126); e ainda, biografias, como preferências no estabelecimento prisional feminino (SEQUEIROS, 2018:117).

A vitória mais frequente, no que diz respeito a profundas alterações interiores, é a relativa ao combate à adição a estupefacientes, graças a programas de desintoxicação implementados nas prisões. Menos frequentes, mas significativos, são os casos de reclusos que revelaram ter aproveitado o período em reclusão para refletir sobre os seus percursos de vida e para recuperar autonomia, através do exercício da responsabilidade e do trabalho. Também são evidentes os casos em que reclusos não parecem demonstrar reconhecimento algum sobre as escolhas e as condições que os conduziram à privação de liberdade e, ainda, casos de reclusos que se tornaram toxicodependentes após a entrada no estabelecimento

prisional. Importa questionar as medidas de segurança que estão a ser aplicadas (e potencialmente violadas) permissivas do tráfico de estupefacientes dentro da prisão (ROCHA *et al.*, 2008:156 e 167).

Vários reclusos não só beneficiam de um processo de desintoxicação, como conquistam sucessos académicos, apostando na sua formação; investem na sua cultura literária, tornando-se presenças assíduas na biblioteca; e, ainda, adquirem uma profissão que lhes permite aprender um novo ofício, adquirindo autonomia financeira e contribuindo para o sustento familiar (ROCHA *et al.*, 2008:189). No entanto, há reclusos que viram a sua saúde mental particularmente debilitada, que adquiriram novas adições a substâncias após o encarceramento, que não procuraram adquirir ou fortalecer sólidos relacionamentos. O que fomenta esta disparidade? O que foi promovido junto dos casos de sucesso que possa ser adaptado aos casos de insucesso? Qual o papel do estabelecimento prisional e das demais instituições nos casos de insucesso? Como pode a prisão contribuir para o sucesso da reintegração social? Como pode a sociedade integrar estes indivíduos?

Reintegração social

A ressocialização, para além de conferir uma segunda oportunidade ao recluso, serve a própria sociedade, ao providenciar estratégias que reduzam a criminalidade; ao facultar ferramentas que integrem os reclusos no mercado de trabalho e lhes permitam sustentar satisfatoriamente o seu agregado familiar (sem sentirem a necessidade de recorrer a métodos ilícitos para esse fim); ao incentivar a aceitação e a lutar contra a discriminação que segrega comunidades e as torna vulneráveis ao crime; ao valorizar a superação pessoal e, dessa forma, influenciar positivamente as gerações seguintes. Na implementação desta ideologia integrativa, vigora o princípio da reinserção social (um dos princípios estruturantes do direito penitenciário), que constitui um direito fundamental defensor da capacidade de autotransformação do responsável pelo delito (ROCHA *et al.*, 2005:23), que se coaduna com o artigo 43º, nº 1, do Código Penal: «A execução da pena de prisão, servindo a defesa da sociedade e prevenindo a prática de crimes, deve orientar-se no sentido da reintegração social do recluso, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes».

O cidadão não é mais senão uma fração ínfima da própria sociedade e esta, ao longo da história, não esteve impermeável a falhas, a incumprimentos e a erros a relação aos seus próximos. Se o cidadão trabalha em coletivo para uma sociedade melhor, não deverá também a sociedade agir em prol da recuperação do indivíduo? A participação social não se deve limitar à rede afetiva ou próxima do recluso, mas da sociedade, desempenhando um papel na política criminal administrativa, uma vez que é utópico pensar que o Estado tem capacidade de, por si só, garantir a segurança da sociedade (ROCHA *et al.*, 2008:291). O apoio institucional é, indubitavelmente um dos mais importantes, mantendo as suas diretivas sob a tutela dos princípios da inclusão social e da responsabilidade. Aquele pode viabilizar um sistema de suporte que abranja a rede familiar e afetiva através de serviços comunitários locais. O apoio institucional pode-se manifestar em diferentes formas – através de acompanhamento psicológico (gestão de problemas de carácter emotivo), partilha de atividades, apoio material e orientação na resolução de problemas (ROCHA *et al.*, 2005:139). Hopkins (2012:1, 13 e 18) atenta para reclusos que investem na sua

formação acadêmica, quando da sua privação de liberdade, pois têm 15% menos probabilidade de reincidir no crime.

Também se revela pertinente que não só o recluso seja orientado nesta readaptação à realidade, mas que a sociedade seja instruída e preparada para um meio mais inclusivo. Afinal, não se consegue uma sociedade estável e segura se esta sociedade não aceitar ultrapassar barreiras sociais e olhar para o recluso com intolerância, em vez de perceber que o recluso, na maioria das vezes, é o resultado de desigualdades sociais.

O contacto familiar tem destaque nos relacionamentos sociais de que qualquer cidadão usufrui. Nesta situação em concreto, é enaltecido o seu papel dado o isolamento a que o indivíduo esteve sujeito, ou seja, o comportamento antissocial, as barreiras de comunicação e associação impostas a este sujeito que não esmorecem no momento em que atravessa os portões do estabelecimento prisional para o exterior (ROCHA *et al.*, 2005:264).

Obstáculos

Se as vantagens da presença da biblioteca em contexto prisional são várias, os obstáculos levantados à sua implementação também não são menores. As dificuldades vividas neste contexto abrangem a desatualização, as falhas de gestão e de organização, a carência de pessoal qualificado, a censura, dentre limitações, insuficiências e obstáculos de outra ordem.

A desatualização é o obstáculo mais frequentemente mencionado nos estudos científicos, que assume variadas formas: coleções com materiais antigos (FASAE e FOLORUNSO, 2020:9; FINLAY, 2022:3); falta de melhorias na gestão da biblioteca (orçamento, espaço, pessoal qualificado, serviços ao utilizador) (FALETAR *et al.*, 2022); deficiente desenvolvimento de competências do bibliotecário (FINLAY, 2022:3); vetustez da arquitetura das próprias edificações (OLHAR..., 2017:16).

A biblioteca prisional é alvo da falta de normas e critérios que especifiquem estas estratégias, acabando por estar à mercê do parecer (subjetivo) do funcionário destacado (SANSONOVIZ, 2017:22). Pela limitação de entrada no espaço da biblioteca prisional, os serviços disponibilizados acabam por assentar essencialmente na disponibilização de listas de livros e na distribuição dos livros que foram requisitados aos reclusos (DILEK-KAYAOGLU e DEMIR 2014:135). Quanto ao papel da própria instituição face à leitura, a literatura indica a falta de iniciativa por parte de várias instituições. Para além da escassez de iniciativas de promoção de leitura, Sequeiros (2018:119) também denuncia a inadequação de materiais disponibilizados - não selecionados tendo em conta a comunidade a servir, bastando olhar para a demografia e habilitações literárias da maioria da população reclusa para entender a inadequação dos recursos. A falta de desenvolvimento e de financiamento também são obstáculos que assolam os estabelecimentos prisionais nigerianos, que se veem confrontados com a falta de acesso digital, infraestruturas insuficientes e uma insatisfatória gestão de coleções (FASAE e FOLORUNSO, 2020:1).

A censura e outro tipo de restrições são um obstáculo, mas também uma necessidade, que só deve ser imposta quando determinado conteúdo possa ameaçar a segurança da instituição (CURRY *et al.*, 2003:149; FASAE e FOLORUNSO, 2020:9; LEHMANN e

LOCKE, 2015:6). Disso são exemplos os livros que abordem a fabricação de bombas, fugas de prisão e artes marciais (LEHMANN, 2000); conteúdo sexualmente explícito, racista e/ou violento; e crimes sexuais, sobre gangues, sobre armas (CURRY *et al.*, 2003:148-49). Os constrangimentos na implementação de atividades passam pela falta de atividades culturais (VITORINO e HORTA, 2022) e pela imprevisibilidade do contexto prisional em si, que pode resultar em interrupções de eventos e impossibilitar o acesso à biblioteca (FINLAY, 2022:2).

O encarceramento pode ser o contexto mais desafiante em que o bibliotecário opera. Rocha *et al.* (2005:24) incitam a reflexão sobre a eficácia dos programas de reintegração na criação de competências sociais úteis na sociedade e, também, levantam a seguinte questão: será a prisão um catalisador do comportamento criminoso, ao invés de contribuir para a regeneração e reinserção social?

Os desafios enfrentados pelos bibliotecários prendem-se com as particularidades deste tipo de utilizadores e com a natureza isolada da prisão, pelas constantes alterações no quotidiano de que este espaço é alvo de bloqueios, transferência de reclusos, limitações de cariz orçamental, comportamentos intempestivos, recursos e equipamentos danificados e situações de stress (LEHMANN, 2000); défice comunicativo entre profissionais da mesma área (instituição particularmente isolada) (FINLAY, 2022:10); Fasae e Folorunso (2020:9) também salientam que a insuficiência de fundos não só afeta a quantidade e a qualidade de materiais e serviços a disponibilizar à população encarcerada, como também limita a contratação de pessoal.

Benefícios da biblioteca em cárcere

A biblioteca pretende enraizar as ligações entre recluso e comunidade, fortalecer laços, providenciar ferramentas que auxiliem as relações parentais e familiares, propiciar o contributo cívico à sociedade e incentivar o recluso a manter uma relação próxima com a biblioteca após a sua libertação.

Sumarizam-se, assim, os benefícios da biblioteca no cárcere, sobretudo no domínio da saúde mental e emocional: A biblioteca pode atenuar a sobrecarga emocional de que estes indivíduos são alvo, através do carácter construtivo e funcional das atividades promovidas pela si mesma (GARNER, 2019:348-350); apresentar ferramentas de apoio emocional e psicológico; contribuir ativamente para satisfazer as necessidades informativas (de carácter legal); desenvolver a componente técnica e educativa do indivíduo, bem como a sua vertente espiritual; promover a aprendizagem autónoma e o prazer da procura do saber; possibilitar apoios sociais; e providenciar materiais recreativos (EZE, 2016:5 e 9).

A biblioteca prisional pode também satisfazer as necessidades de informação relativas a novas oportunidades profissionais, opções de habitação, apoios sociais ou, ainda, apoio às relações familiares (GARNER, 2019:336). A instituição potencia uma reintegração social bem-sucedida, mas também a pessoal e a intersocial, sublinhando a importância das ligações mantidas com núcleo social do recluso, durante o cárcere, para manter o foco na regeneração.

A biblioteca prisional fomenta, ainda, a alfabetização e a literacia da informação, com vantagens quer do ponto de vista pessoal e emocional, quer do ponto de vista educativo e

profissional com o conseqüente impacto que isso terá no seu retorno à sociedade. Mishra *et al.* (2022:286 e 290-291) e Finlay e Bates (2018:129) salientam a pertinência de vários programas de alfabetização, no âmbito de aquisição de competências e do processo de aprendizagem, através do acesso a diversos recursos de informação, de caráter educativo, legal e recreativo. Pois a leitura contribui para a igualdade social, ao propiciar a educação e o acesso à cultura, em particular para comunidades marginalizadas que careceram do desenvolvimento destas áreas, quando, ao longo da sua vida, tiveram menos oportunidades e experienciaram dificuldades acrescidas nas condições de vida (SANSONOVIZ, 2017:8).

O Bibliotecário

As orientações da IFLA indicam a necessidade da presença de um profissional da informação na biblioteca prisional por todas as responsabilidades e competências envolvidas na sua formação acadêmica (FASAE e FOLORUNSO, 2020:3). Lehmann (2000) descreve firmeza, assertividade, habilidades comunicativas, capacidade de resolver conflitos, vontade de ajudar/ensinar, relações-públicas e técnicas, capacidade de planejamento e de priorização, como os traços desejáveis para um profissional da informação em contexto de estabelecimento prisional. As diretrizes da IFLA para estes serviços acrescentam as habilidades humanas e interpessoais. A estas, o autor adiciona flexibilidade, estabilidade emocional, sinceridade, sentido de humor e tolerância/capacidade de lidar com stress e tensão e, por fim, uma boa adaptabilidade a situações imprevisíveis, como características essenciais para um bom desempenho profissional. As funções e as responsabilidades a serem desempenhadas pelo profissional da informação são diversas, destacando-se as seguintes: a administração do serviço de biblioteca, o apoio a utilizadores na referência e a recuperação de informação, a gestão de coleções, o estabelecimento do empréstimo interbibliotecas, a definição e a implantação de programas que visem a alfabetização e a promoção da literacia da informação, a formação dos seus utilizadores e a orientação dos utilizadores para o uso dos recursos bibliográficos.

Propostas de âmbito educativo e pedagógico

No atual contexto, identificam-se programas recuperados ao longo do processo de investigação, que contribuem para a reintegração social do recluso.

- Programa 1 – *Bedtime stories from inside*: Inspirado num projeto com origem em Malmö, Suécia, entre a biblioteca pública e os serviços prisionais, *Godnattsagor inifrån, Bedtime stories from inside*, pretende promover os laços afetivos familiares do recluso, bem como contribuir para o desenvolvimento intelectual de todos os envolvidos (ANDERSSON e BJÖRKHAGEN TURESSON, 2023:219), através da “hora do conto” do recluso com o/a seu/sua filho/a. Mediante a aprovação do candidato, a história é gravada e enviada à criança, em conjunto com livros adaptados às necessidades e interesses do destinatário da atividade, permitindo a ambos partilharem um momento de pai/mãe e filho e não apenas de recluso e filho, e ainda, a repetição desse momento (STICKEL *et al.*, 2021:182). Andersson e Björkhagen Turesson (2023:224) alertam para a necessidade de priorizar o bem-estar das crianças no planeamento e na execução dos programas.

- Programa 2 – *Breaking barriers with books*" (BBWB): fruto da parceria entre a Oshkosh Correctional Institution em Wisconsin e a Universidade de Wisconsin, em 1995, procura não só reforçar laços familiares, bem como abrir portas para a comunidade, contribuindo para ajudar esta relação e desconstruindo ideias pré-concebidas sobre a população prisional, humanizando-a. Deste programa, surgem três atividades: a construção de um livro infantil; a conceção de uma coletânea de trabalhos, destinada a um público adulto; e, por fim, a publicação regular de um jornal/boletim dentro da prisão (de reclusos, para reclusos e para a comunidade). O programa, que ainda decorre e originou outros programas em contexto prisional, apresenta como objetivos, reforçar a ligação familiar, criando um momento de leitura e de lazer, entre pai e filho, o mais semelhante ao quotidiano, quanto possível; munir o pai de maiores competências enquanto leitor e contador de histórias; proporcionar um grupo de apoio aos pais reclusos, que pode existir dentro e fora do contexto prisional; e desenvolver a alfabetização e literacia da informação de todos os participantes. A participação no programa implica a frequência do recluso em aulas sobre desenvolvimento infantil, dicção e escrita (cartas e poemas a enviar aos filhos) (LEHMANN, 2011:505-506).
- Programa 3 – *Reflexive Diaries*: teve origem no espaço escolar da prisão de Cyprus, nos Estados Unidos da América, integrou um programa de literacia social, e revelou a produção de 90 textos por cada participante, publicados em três projetos diferentes. Os escritos expressaram a reflexão e a emoção despoletados pelo confronto entre as duas realidades – o espaço dentro da prisão e o espaço fora dos portões do cárcere - e a sua publicação propiciou a humanização dos reclusos perante a sociedade, tornando-a mais sensível às suas semelhanças e à necessidade de criar oportunidades de reintegração (IOANNIDOU *et al.*, 2019:614).
- Programa 4 – *Murals as Text*: brotou na organização Hope House (EUA) em 2009, e continua a decorrer anualmente, com o intuito de auxiliar os laços familiares dos reclusos, através da realização de murais (MUTH, 2011:245-247). *Murals as Text* decorre no espaço de uma semana, em que os filhos dos reclusos acampam em outro local/recinto e, durante o dia, partilham o pavilhão (habitualmente a sala de visitas) com alguns reclusos previamente selecionados, e, em equipa, constroem o seu mural em papel de cenário, recorrendo a desenho, pintura, fotografias e inclusive a alguns escritos que podem ser incluídos na obra, que será apresentada por pai e filho à restante comunidade no último dia do programa (MUTH, 2011:247).
- Programa 5 - *Cultura em Cadeia*: pode englobar atividades diversas, algumas já colocadas em prática em Portugal, tais como o projeto de *Ópera na prisão de Leiria* (ESTABELECIMENTO..., 2017) e *Corpo em cadeia* (PÚBLICO, 2022), que incluíram a presença de professores de canto, dança, teatro e música e que, em conjunto, construíram uma peça destinada à apresentação final à comunidade – uma demonstração de conquistas pessoais dos reclusos e uma fonte de motivação e de ligação aos seus familiares. A apresentação do trabalho realizado não só fortalece a imagem do recluso na comunidade, como reforça laços familiares e confere uma linha de motivação no processo de

reintegração. Estas iniciativas têm o seu sucesso potenciado, quando estabelecem contactos com centros culturais da localidade do recluso, com o propósito de manter a prática da atividade artística desenvolvida no estabelecimento prisional. O teatro é a atividade cultural explorada na publicação *Contribuições para uma história do teatro nas prisões do Brasil* de Narvaes (2020:11), através do *Teatro do Sentenciado*, que preconizou o domínio técnico do processo de produção de espetáculos (cenário, roupas, palco, entre outros), a dramaturgia e a autonomia dos reclusos. Janiaski Vale *et al.* (2020:23) descrevem o processo criativo como a possível aproximação do recluso à sensação de liberdade e do contacto com a arte como meio de humanizar os reclusos e combater a sua perda de identidade e individualidade (JANIASKI VALE *et al.*, 2020:4). Também a música é uma das áreas culturais com grande potencial, a ser desenvolvida no contexto em foco, sendo a Noruega o berço do programa *Musikk i fengsel og frihet* (MIFF – *Música na Prisão e na Liberdade*), que teve o seu início em 1991, pela mão do músico, educador e musicoterapeuta Venja Ruud Nilsen. Nilsen concebeu este programa com intuito de propiciar as ligações interpessoais, estimular a responsabilidade social e, ainda, contribuir para o incremento da qualidade do ambiente prisional e humanizar/sensibilizar os reclusos em relação ao próximo (MANGAOANG, 2021:274).

- Programa 6 - *Curso de Línguas*: esta proposta é inspirada no programa *Bard Prison Initiative*, decorrido em Nova Iorque, e defende a implementação de um programa planeado para a duração de um ano letivo, com competências várias específicas a desenvolver no domínio da leitura, da oralidade e da escrita, que abranja o estudo da literatura e que fomente a autoexpressão, através da escrita criativa. Ainda, recomenda-se o estudo de alguns autores, que tenham vivido trajetos mais árduos e que se relacionem mais proximamente do percurso de vida dos próprios reclusos; a construção de um livro que transparea o culminar dos trabalhos dos seus participantes – que pode incluir ilustrações e diferentes tipos de texto (escrita criativa, poesia, prosa) (DENNEY e TYNES, 2021).
- Programa 7 - *Ecoencarceramento - Projeto de Conservação na Prisão*: com origem no Departamento Correccional do Estado de Washington no Evergreen State College, surge o *Projeto de Sustentabilidade nas Prisões (Sustainability in Prisons Project)*, que assenta no envolvimento de reclusos em atividades ecológicas, nomeadamente, na conservação de *habitats* de espécies em vias de extinção (KAYE *et al.*, 2015:90-91). Este programa foi efetivado através da parceria entre o Departamento Correccional de Oregon, *Biologists from the Institute for Applied Ecology (IAE)* e o estabelecimento prisional Snake River Correctional Institution, na propagação de plantas arbustivas (*artemisia tridentata*). Os participantes do programa receberam formação em práticas hortícolas e foram responsáveis pela propagação de 10.000 plantas, que constituem *habitat* e fonte de alimento de uma espécie em vias de extinção – a borboleta *Speyeria zerene hippolyta*, criada em cativeiro pelo jardim zoológico de Oregon, segundo Kaye *et al.* (2015:92-93). Os programas prisionais que fomentam a sustentabilidade têm ganhado projeção e adeptos, visto que catorze estados nos EUA já desenvolveram projetos deste âmbito e

alguns países começam a incluir este tipo de parcerias em projetos de conservação de biodiversidade.

Conclusão

A literatura recuperada, ao longo desta investigação reflete, predominantemente, as necessidades e os interesses manifestados pela população masculina encarcerada, bem como a predominância da literatura ocidental (EUA, Canadá e Europa Ocidental), resultando em uma visão limitada da realidade vivida pelos reclusos em outras partes do mundo (LEHMANN, 2000).

A influência cultural também impacta o contexto prisional. A Inglaterra, a Noruega e o País de Gales exemplificam como políticas reintegrativas e o investimento em programas de biblioteca prisional influenciam a reintegração social, apresentando menores índices de reincidência criminal. A Noruega, frequentemente considerada o "ex-libris" da reintegração de reclusos, destaca-se pelas condições prisionais, políticas reintegrativas (em contraste com políticas punitivas) e diversidade de atividades e programas. Contudo, permanece a dúvida sobre se o sucesso dessa reintegração está exclusivamente nas iniciativas implementadas ou se teriam resultados semelhantes em diferentes países, influenciados por contextos culturais e sociais distintos. A reintegração não depende apenas de propostas, mas de um conjunto de fatores, incluindo os próprios reclusos, a sua rede social e a sociedade que os acolhe.

As atividades de carácter artístico mostraram-se uma ferramenta eficaz no desenvolvimento da autoexpressão, da autoaceitação, da autoconfiança e na promoção da relação entre pares. Krolak (2020:43) defende a adoção de padrões de funcionamento das bibliotecas públicas – cooperação, iniciativas coesas, interoperabilidade, gestão moderna e maior disponibilidade de recursos e serviços, o que oferece mais oportunidades para o desenvolvimento profissional e a camaradagem entre os profissionais dessas bibliotecas. A literatura confirma que o investimento na reabilitação dos reclusos é não apenas justificável, mas essencial.

Os objetivos gerais desta investigação visaram explorar as diversas estratégias que as bibliotecas prisionais podem adotar para promover a reintegração social – através da aquisição de competências que aumentem a empregabilidade dos reclusos após a sua libertação, do fortalecimento do seu capital social, especialmente os laços familiares, e por meio de programas que melhorem a saúde mental dos encarcerados. Observa-se a consolidação da reintegração com a implementação de estratégias que incentivem a leitura e a literacia da informação no contexto prisional, especialmente entre grupos sociais com poucas competências educativas e/ou profissionais.

Os objetivos específicos, descritos no capítulo metodológico, revelaram as necessidades de informação dos reclusos: a alfabetização e a escolarização, necessárias para combater o baixo nível de escolaridade que marginaliza muitos indivíduos; ferramentas para tratar questões de saúde mental; programas de combate à toxicodependência; e documentação legal. Para atender a essas necessidades, são essenciais adaptações estruturais nos estabelecimentos prisionais, incluindo bibliotecas bem equipadas com profissionais capacitados, infraestruturas que permitam a circulação de reclusos nas bibliotecas, recursos financeiros que garantam a implementação de programas e a atualização de

coleções, e políticas governamentais que respondam às carências observadas nas instituições prisionais.

Qual é o papel da literacia de informação na reintegração social do recluso? A literatura e os testemunhos dos reclusos revelam o papel essencial da biblioteca e das atividades por ela promovidas na saúde emocional e mental dos indivíduos. Os programas integra(ram) diversas atividades e estratégias para reforçar o capital social e os laços familiares, incentivar a leitura, promover o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, humanizar a percepção dos reclusos pela sociedade, melhorar a sua saúde mental, autoconfiança e autoestima, e promover a aquisição de competências linguísticas e a capacidade de autoexpressão. Todas estas dimensões devem, de forma coerente e estruturada, contribuir para o objetivo geral da reintegração social. Esta investigação pretende inspirar o leitor a enxergar o recluso como mais um membro da comunidade, com as suas potencialidades e os seus desafios, os seus erros e as suas conquistas, e como um agente contribuinte para uma sociedade mais justa, humana e nobre.

Referências bibliográficas

ANDERSSON, C.; BJÖRKHAGEN TURESSON, A.

2023 Bedtime stories from inside: family practices and affinities in families with incarcerated fathers. *European Journal of Social Work*. 26:2 (4 Mar. 2023) 218-229. DOI: 10.1080/13691457.2022.2040442.

COUTINHO, C. M. P.

2015 *Metodologia de investigação em ciencias sociais e humanas: teoria e prática*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2015.

CURRY, A. [et al.]

2003 Canadian Federal Prison libraries: A national survey. *Journal of Librarianship and Information Science*. 35:3 (Sept. 2003) 141-152. DOI: 10.1177/0961000603353002.

DENNEY, M. G.T.; TYNES, R.

2021 The Effects of college in prison and policy implications. *Justice Quarterly*. 38:7 (10 Nov. 2021) 1.542-1.566. DOI: 10.1080/07418825.2021.2005122.

DILEK-KAYAOGU, H.; DEMIR, G.

2014 Prison libraries in Turkey: The results of a national survey. *Journal of Librarianship and Information Science*. 46:2 (Jun. 2014) 130-138. DOI: 10.1177/0961000614523635.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LEIRIA

2017 Estabelecimento Prisional de Leiria. [Em linha]. Lisboa: Ordem dos Advogados Portugueses, 2017. [YouTube]. [Consult. 5 maio 2023]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QnzCEe28yRA&list=PLKNbVna4bTud7CAN1ffkCqjYndx_J2xxF&index=5.

EZE, J. U.

2016 Information needs of prisoners in Southeast Nigerian prisons. *Information Development*. 32:3 (Jun. 2016) 243-253. DOI: 10.1177/0266666914538042.

FALETAR, S. [et al.]

2022 Information needs and behaviour of incarcerated persons in Croatia: findings from a national quantitative study. *Information Research: an international electronic journal*. [Em linha]. 27 (Oct. 2022). [Consult. 12 nov. 2024]. DOI: 10.47989/irisic2213.

FASAE, J. K.; FOLORUNSO, F. J.

2020 Prison libraries and its services in Nigeria: An overview. *Library Philosophy and Practice*. 4.065 (2020) 19.

FINLAY, J.

2022 Staff perspectives of providing prison library services in the United Kingdom. *Journal of Librarianship and Information Science*. 56:1 (2022) 1-14. DOI: 10.1177/09610006221133834.

FINLAY, J.; BATES, J.

2018 What is the role of the prison library?: The development of a theoretical foundation. *Journal of Prison Education Reentry*. 5:2 (Dec. 2018) 120-139. DOI: 10.25771/RKC8-8Q64.

GARCIA, W. R. B.

2005 *Da prisão em flagrante: aspectos práticos e doutrinários*. [Em linha]. 2005. [Consult. 12 nov. 2024]. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/dapris%C3%A3o-em-flagranteaspectos-pr%C3%A1ticos-e-doutrin%C3%A1rios>.

GARNER, J.

2019 'A Little happy place': How libraries support prisoner wellbeing. *Journal of the Australian Library and Information Association*. 68:4 (2 Oct. 2019) 343-355. DOI: 10.1080/24750158.2019.1670774.

GARNER, J.; KROLAK, L.

2023 *IFLA guidelines for library services to prisoners*. 4th ed. [Em linha]. The Hague: IFLA, 2023. [Consult. 12 nov. 2024]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/2538>.

HOPKINS, K.

2012 *The Pre-custody employment, training and education status of newly sentenced prisoners*. [Em linha]. [London]: Ministry of Justice Analytical Services, 2012. [Consult. 12 nov. 2024]. Disponível em: <http://www.justice.gov.uk/publications/research-and-analysis/moj>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO

1994 *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas*. Paris: UNESCO, 1994.

IOANNIDOU, E.; KIOURTI, E.; CHRISTOFIDOU, C.

2019 Literacy education in prison: developing a social literacy programme in the prison school of Cyprus. *Research Papers in Education*. 34:5 (3 Sept. 2019) 597-620. DOI: 10.1080/02671522.2018.1524925.

JANIASKI VALE, F.; GOMES, M.; AGUIAR, A.

2020 Teatro e prisão: experiências que se transformam em linguagem. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*. 3:39 (23 dez. 2020) 1-26. DOI: 10.5965/14145731033920200122.

KAYE, T. [et al.]

2015 Conservation projects in prison: The case for engaging incarcerated populations in conservation and science. *Natural Areas Journal*. 35:1 (Jan. 2015) 90-97. DOI: 10.3375/043.035.0113.

KROLAK, L.

2020 *Books beyond bars: The transformative potential of prison libraries*. [Em linha]. Hamburg: UNESCO Institute for Lifelong Learning, 2020. [Consult. 12 nov. 2024]. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11159-020-09867-6>.

LEHMANN, V.

2000 Prison librarians needed: A challenging career for those with the right professional and human skills. *IFLA Journal*. 26:2 (Apr. 2000) 123-128. DOI: 10.1177/034003520002600208.

LEHMANN, V.

2011 Challenges and accomplishments in U.S. prison libraries. *Library Trends*. 59:3 (Dec. 2011) 490-508. DOI: 10.1353/lib.2011.0001.

LEHMANN, V.; LOCKE, J.

2015 *Orientações para serviços de biblioteca para reclusos*. 3ª ed. The Hague: International Federation of Library Associations and Institutions, 2015.

MANGAOANG, Á.

2021 A Reward rather than a right: Facilitators' perspectives on the place of music in Norwegian prison exceptionalism. *Musicae Scientiae*. 25:3 (Sept. 2021) 274-289. DOI: 10.1177/10298649211014235.

MISHRA, S. [et al.]

2022 Prison libraries serving the 'whole person': A qualitative study. *Journal of Librarianship and Information Science*. 54:2 (Jun. 2022) 284-293. DOI: 10.1177/09610006211008956.

MUTH, W.

2011 Murals as text: a social-cultural perspective on family literacy events in US prisons. *Ethnography and Education*. 6:3 (Sept. 2011) 245-263. DOI: 10.1080/17457823.2011.610576.

NARVAES, V. B.

2020 Contribuições para uma história do teatro nas prisões do Brasil. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*. 3:39 (23 dez. 2020) 1-29. DOI: 10.5965/14145731033920200101.

OLHAR O FUTURO PARA GUIAR A AÇÃO PRESENTE

2017 *Olhar o futuro para guiar a ação presente: relatório sobre o sistema prisional e tutelar*. Lisboa: Governo Português, 2017.

PÚBLICO

2022 *Reclusos do Linhó sobem ao palco e sentem-se vistos como pessoas*. [Em linha]. 2022. [Multimédia]. [Consult. 5 jan. 2025]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lOMoihvl4HE>.

ROCHA, J. L. M. [et al.]

2005 *Entre a reclusão e a liberdade: estudos penitenciários*. Coimbra: Almedina, 2005.

ROCHA, J. L. M. [et al.]

2008 *Entre a reclusão e a liberdade: pensar a reclusão*. Coimbra: Almedina, 2008.

SANSONOVIZ, K. D.

2017 *Demandas de informação em espaços de leitura de instituições carcerárias do RGS*. Porto Alegre, 2017.
Bacharelato em Biblioteconomia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SEQUEIROS, P.

2018 "Holding the Dream": Women's favorite reading matter in a Portuguese prison. *Qualitative Sociology Review*. 14:1 (15 Mar. 2018) 110-128. DOI: 10.18778/1733-8077.14.1.06.

SERRA, S. M. S.

2022 *O Papel das bibliotecas públicas na inclusão social de refugiados e de requerentes de asilo na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, 2022.
Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e da Informação – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SILVA, C. G.

2022 Investigação documental. In *Manual de investigação qualitativa: conceção, análise e aplicações*. Lisboa: Pactor, 2022, p. 105-123.

SILVA, R. C.

2012 *Biblioteca prisional: Informação e reintegração*. Brasília, 2012.
Graduação em Biblioteconomia - Universidade de Brasília.

SOUSA, F. L. M.; PINTO, V. B.; FARIAS, M. G. G.

2020 Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da Ciência da Informação: estudo sobre a produção científica em base de dados nacional e internacional da área. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. 11:1 (22 set. 2020) 10-32. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v11i1p10-32.

STICKEL, T.; PRINS, E.; KAIPER-MARQUEZ, A.

2021 "The video is an upgrade from them all": how incarcerated fathers view the affordances of video in a family literacy programme. *Learning, Media and Technology*. 46:2 (3 Apr. 2021) 174-189. DOI: 10.1080/17439884.2021.1888117.

VITORINO, M. J.; HORTA, M.

2022 *Ler e Ser para além das grades: Bibliotecas prisionais*. [Em linha]. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, 2022. [Consult. 21 fev. 2023]. Disponível em: <https://noticia.bad.pt/2022/02/09/ler-e-ser-para-alem-das-grades-bibliotecasprisionais/>.

Olímpia do Vale | s-olimpia@edu.ulisboa.com

Universidade de Lisboa, Portugal

Carlos Guardado da Silva | carlosguardado@edu.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos, Portugal